

Patrimônio Arquitetônico: conceitos contemporâneos, políticas públicas e TICs *Architectural Heritage: contemporary concepts, public politics and ICTs*

Yacy-Ara Froner Gonçalves, FAPEMIG

Abstract

O Patrimônio Arquitetônico não se fecha em categorias excludentes, é ao mesmo tempo Patrimônio Cultural, Arqueológico e Histórico. Com a finalidade de operacionalizar a análise deste artigo, serão discutidos vários documentos divulgados internacionalmente no âmbito da UNESCO e do ICOMOS que abordam de uma maneira contemporânea as mudanças de paradigma para com este objeto. Gestão da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e políticas públicas, construídas pela ótica contemporânea, são premissas indispensáveis à preservação.

Architectural Heritage cannot be seen as an individual class, but while as Historic, Archaeological and Cultural heritage. In order to make the analysis of this article, we intend to discuss international documents recommended by UNESCO and ICOMOS those provide a contemporary sight to paradigm changes within this object. Information and Communication Technology (ICT) management and public policies observed by contemporary view are indispensable to preservation action.

Keywords: Architectural Heritage, international charters, ICOMOS, preservation, ICT.

Introdução

Para a Arquitetura, o patrimônio edificado contrai, no campo de definições conceituais, os paradigmas relacionais oriundos das asserções históricas e arqueológicas. Dessas categorias – das ruínas aos centros históricos; das edificações urbanas aos testemunhos rurais –, independente da grandeza ou importância da edificação, o que abaliza sua preservação é a condição inerente da memória agregada ao sentido de monumento. Se monumental nos leva, erroneamente, a avaliar um bem cultural pelo crivo da monumentalidade, a etimologia da palavra resguarda aquilo que realmente interessa quando consideramos as bases que definem a categoria de Patrimônio Arquitetônico.

A palavra latina “monumentum” remete para a raiz indo-européia “men”, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo “monere” significa “fazer recordar”, donde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O “monumentatum” é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]. (Nota 1. LE GOFF, 1984, p. 95).

O reflexo e a reflexão desses paradigmas nas discussões contemporâneas conduzidas ao longo do século XX demonstram que estes conceitos – monumento, memória e documento –, ainda que mutáveis e ajustáveis ao tempo histórico, mantêm estreita correção com as bases originais, demonstrando princípios de longa duração. Agregado a eles, os princípios da propriedade (posse) e do patrimônio (herança) se sobrepõem, se completam e se contrapõem, envolvendo a demanda de princípios legais e normativos cada vez mais específicos, que garantem por um lado o direito à posse e de outro o dever da preservação.

Pensando nessa categoria de análise e na questão específica da construção arquitetônica, podemos pontuar as cartas patrimoniais adotadas pela UNESCO, e mais precisamente pelo ICOMOS, como basilares à formulação do conceito contemporâneo de patrimônio. Em todas essas recomendações é possível perceber que a condição dos bens patrimoniais na sociedade contemporânea é colocada no centro dos debates: mesmo quando estes se direcionam para as técnicas de restauro, a questão social da memória material ou o sentido da preservação da cultura são postos em evidência. Contudo, essas cartas, em sua maioria, surgem antes do advento da World Wide Web (Rede de Alcance Mundial), das NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) e do impacto que um sistema informacional ampliado teve sobre a sociedade contemporânea. Diante das redes

sociais, dos sistemas intranet/internet e das ferramentas proporcionadas pelas novas tecnologias – bases de dados informatizados, gestão compartilhada e sistemas de modelagem 3D e LADAR (laser detection and ranging) –, outras questões passam a gerenciar o debate:

- Como as ferramentas tecnológicas, como a documentação científica por imagem e os bancos de dados informatizados, podem contribuir ao processo de documentação, intervenção e preservação dos bens culturais?
- Como as ferramentas de dispersão de informação podem ser cooptadas como aliadas para a divulgação e o reconhecimento do patrimônio cultural?
- Como estas ferramentas podem ser acessíveis em um mundo que, ao contrário do que imaginamos, encontra-se em distintos níveis de acesso tecnológico?

Destas três questões postas, a terceira questão é, indiscutivelmente, a mais importante. O acesso às novas tecnologias e um processo de inclusão social via inclusão digital são desafios complexos na sociedade contemporânea. De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial gerado em 2011 pela UNTACD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), a pobreza extrema, a violência e a falta de acesso à educação são unidades coirmãs. Ao sobrepormos as bases de dados do patrimônio em risco (World Heritage List in Danger) com as bases de dados sobre violência e desigualdade, as áreas de contato são equivalentes (Figura 1). O problema em questão não é apenas o acesso tecnológico, mas o acesso à alimentação, educação, segurança, saúde e justiça.

Para que serve a indústria do passado? Esta questão não pode ser respondida impunemente: se ela servir apenas aos interesses de alguns poucos detentores de capital, pouco ou nada estará contribuindo ao fortalecimento das identidades e da diversidade cultural. O bem cultural deve, antes de tudo, ser compreendido em seu sentido fenomênico, ou seja, o valor sensível que desperta no contexto específico, e sua condição ampliada de valor, como essência e significado em um contexto atualizado. Quando mediado pela tecnologia – por meio das ferramentas de diagnóstico, captura de imagem, catalogação e/ou acesso – não pode prescindir de sua função social. Ao pensar na malha tecnológica, há de se pensar não apenas seus protocolos ou princípios intrínsecos, mas como estes processos podem impactar e auxiliar na mudança do cenário global (Figura 1).

Cultura, sociedade e as cartas patrimoniais do séc. XX

Na sociedade capitalista, a destruição da memória é apenas mais uma consequência da necessidade cada vez maior do novo, do imediato, do descartável, do consumível, do espetáculo e, portanto, daquilo que silencia, porque não deixa marcas. Esta análise é marcada pela dialética negativa e pelo conceito de indústria cultural exposto na obra “Dialética do Esclarecimento” de Adorno e Horkheimer em 1947. Adorno afirma que a sociedade contemporânea cada vez mais nega ao indivíduo os pressupostos de sua formação, uma vez que a massificação cultural inviabiliza a singularidade, a diferença e a identidade em um contexto de exposição midiática. Desde então, o problema da tecnologia e da informação na sociedade atual tem sido debatido.

À margem deste debate filosófico, as cartas internacionais voltadas à preservação do patrimônio cultural procuraram criar mecanismos de salvaguarda assentados sob uma visão humanista do bem cultural e seu significado social. Sob esta ótica, é que a Carta de Atenas (1931) pontuou pela primeira vez, como documento internacional, a demanda da preservação de monumentos e sítios históricos na sociedade contemporânea a partir de um contexto específico: os princípios legais que garantem a preservação; as bases técnicas e tecnológicas da restauração e o princípio da ocupação e do vínculo social com a comunidade como premissa fundamental à sua valorização. O regime de exceção da II Grande Guerra e os acontecimentos que a antecederam determinou um hiato nas discussões conceituais sobre esse tema nos anos trinta e quarenta do século XX. Apenas nos anos cinquenta discussões internacionais, sob os auspícios da UNESCO voltam a acontecer. A partir de então, dois paradigmas podem ser mapeados no campo deste debate:

- O planejamento urbano como ferramenta de preservação em um contexto de crescimento econômico (Recomendações Relativas às Competências Internacionais em Arquitetura e Planejamento

Urbano, 1956; Normas de Quito, 1967; Carta do Patrimônio Arquitetônico, 1975; Resolução relativa à conservação das pequenas cidades históricas, 1975; Recomendação sobre a salvaguarda e o papel contemporâneo das áreas históricas, 1976; Carta de Burra, 1981).

• A ampliação do conceito de patrimônio arquitetônico por meio da percepção dos espaços urbanos e rurais (Carta de Veneza, 1964); da paisagem (Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, 1972); do entorno e dos jardins (Carta de Florença, 1981); das técnicas construtivas tradicionais (Princípios para a preservação das estruturas históricas de madeira, 1999 e Carta do Patrimônio Vernacular Construído, 2000).

Questões mais amplas relativas são tratadas em 1972 na Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, gerando a World Heritage List, a Lista do Patrimônio Mundial e os comitês específicos de avaliação. Com proposição da Carta do Patrimônio Arquitetônico em 1975 e a formalização da Comunidade Econômica Europeia na década de oitenta, as recomendações aprovadas no Parlamento do Conselho Europeu fixam diretrizes mais delineadas. Nas décadas de 70 e 80, com o aprofundamento da guerra fria e a consolidação de blocos hegemônicos, as recomendações ficam circunscritas aos contextos regionais: as cartas de Tlaxcala (1982), Quebec (1982) Washington (1986), Petrópolis (1987) e Cabo Frio (1989) concentram o debate em torno do patrimônio americano, eventualmente demarcando os espaços latino-americano, estadunidense e canadense. Nesse contexto, África, Ásia, Oceania e Leste Europeu quase não participam dos debates. Na Europa Ocidental, inúmeros eventos demarcam uma ação integrada que se reflete na representatividade da lista (Gráfico 1).

Para além das questões regionais, nacionais ou continentais, a questão do planejamento urbano e da integração dos monumentos arquitetônicos ao cotidiano da comunidade é matéria primordial para a construção do conceito de proteção. Além disso, a operacionalidade do trânsito, as relações sociais e econômicas com os habitantes residentes nas áreas históricas e o apoio de equipes multidisciplinares – com arqueólogos, historiadores, arquitetos, restauradores, sociólogos e economistas – são fatores indispensáveis aos planos de conservação adotados.

Contudo, como compatibilizar o uso de edifícios antigos com as demandas de seus usuários? Como reestruturar, sem descaracterizar? Como utilizar a tecnologia da informação ao serviço da preservação, da cultura e da cidadania?

O recrudescimento da Guerra Fria, o fim das ditaduras latino-americanas e a democratização dos regimes autoritários europeus coincidem com a expansão das NTICs (Novas Tecnologias da Informação e Comunicação). Em 1989, as redes BITNET e CSNET passaram a ser administradas pela Corporation for Research and Educational Networking (CREN) e as universidades tornam-se polos significativos de multiplicação de conhecimento e condução de pesquisas direcionadas a estes sistemas. De uma maneira geral, a UNESCO centralizou o debate em torno das TICs para a educação, reforçando a expansão da EaD (Educação a Distância) como ferramenta de democratização e acesso à formação e ao ensino.

Contudo, cabe observar que a internet e a intranet tornaram-se realidades acessíveis e aplicáveis em inúmeros setores, desde o uso em empresas privadas aos sistemas operacionais de registro e documentação do patrimônio cultural. Se o debate sobre TICs parecem direcionados aos ambientes AVEA (Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem), a criação de ambientes colaborativos e de gestão do conhecimento passam a ser percebidos como ferramentas primordiais para ações de preservação, por meio de registro e disponibilização de dados. Os anos 90 anunciam debates dilatados, uma vez que a World Wide Web (Rede de alcance mundial) torna-se cada vez mais presente no cotidiano: as recomendações da UNESCO concernentes à preservação do patrimônio cultural disponibilizados em hipermídia tornaram a reflexão sobre a salvaguarda dos bens culturais mais democrática; os governos aderem a estas ferramentas e alteram padrões de gestão cultural; as comunidades interligadas pela internet passam a influenciar instâncias decisórias locais, regionais, nacionais e internacionais.

Em Portugal, a Lei de Bases do Patrimônio Cultural Português nº 107, de 2001, estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural como realidade

para a construção da entidade nacional e democratização da cultura. A garantia do inventário e do acesso tornou-se realidade por meio do registro sistemático dos acervos portugueses através dos protocolos gestados pelos organismos do Ministério da Cultura. Em 2008, o relatório “Portugal: digitalização e acessibilidade” apresentado pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Cultura, demonstrou o empenho do governo e os protocolos adotados para tornar real o acesso ao património cultural português:

O programa Matriz, desenvolvido e actualizado regularmente pelo Instituto de Museus e Conservação (IMC), constitui o standard do Ministério da Cultura para inventário das colecções museológicas. Mantém-se em fase de execução uma versão atualizada do programa, tendo em vista a ampliação substancial das suas funcionalidades, através da sua extensão ao património técnico-científico, ao património natural e ao património imaterial, bem como a actualização da interface MatrizNet.

(Nota 2 - Lei de Bases do Património Cultural Português nº 107)

Nesse país, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), responsável pela sistematização das informações dos bens culturais imóveis, sítios e paisagens, também possui uma base on line . Seu sistema de georreferenciamento e acesso permite uma série de pesquisas cruzadas, considerando as classificações “Património Arqueológico”, através do Sistema Endovélico, e “Património Arquitectónico”, pelo Sistema Ulisses.

Por meio da Portaria 223/2012 de vinte e quatro de julho desse ano, o governo português unificou esses institutos a partir da criação de Direção Geral do Património Cultural (DGPC), gerando um desafio impar quanto à unificação, integração e comunicação dos sistemas implantados.

No Brasil, a Constituição de 1988 determina:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o património cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (Nota 3- Constituição do Brasil de 1988)

No início do séc. XXI, o IPHAN desenvolve o Sistema Nacional de Informações Culturais/SNIC, com apoio do Ministério da Cultura /MinC, a partir dos compromissos assumidos no XVI Fórum de Ministros da América Latina e Caribe (2006) de implementar o Sistema de Informações Culturais na América Latina e Caribe/SICLAC. Foram escolhidos seis sistemas para serem disponibilizados na plataforma, sendo o primeiro deles a Consulta dos Bens Culturais Procurados. Este sistema reflete uma preocupação sistêmica sobre o tráfico ilícito e tem sido utilizado como instrumento de apoio, num esforço conjunto entre IPHAN, ICOM e Interpol, na luta contra o mercado ilegal de bens culturais. Os outros cinco sistemas são compreendidos em categorias específicas e foram desenvolvidos a partir de experiência anterior às TICs: o Sistema de Gerenciamento de Património Arqueológico, o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados, o Guia dos Bens Tombados, Acervo Iconográfico, a Rede Informatizada de Bibliotecas do Iphan e o Arquivo Noronha Santos.

Além do SNIG, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), implantado em 2012, tem por objetivo ser um instrumento de integralização dos dados sobre o património cultural de natureza material. Este sistema pretende reunir em uma base única, informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, património ferroviário e outras ocorrências do património cultural do Brasil. Em fase de construção, disponibiliza uma série de fichas de inventário que pode ser autonomamente acessadas e preenchidas.

Além de propor um modelo e metodologia única de documentação e inventário de bens culturais, o SICG possibilita o cadastro unificado dos bens culturais, constituindo a base de uma cartografia do Património, uma vez que todos os bens serão georreferenciados e classificados conforme sua categoria e recortes temático e territorial dos estudos (Nota 4. <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14897&retorno=paginalphan>, Acesso: 25/10/2012).

As fichas, divididas em três módulos específicos – Conhecimento, Gestão e Cadastro – intencionam subsidiar as ações individuais das comunidades no que tange o registro de seus acervos. Há pouco

tempo implantado, o sistema utiliza como ferramenta modelos de fichas cadastrais em base Word e Excell.

No Módulo Conhecimento as fichas são: Ficha M101 - Contextualização Geral: é direcionada para a coleta e organização das informações relacionadas a um recorte territorial amplo;

Ficha M102 – Contexto Imediato: é voltada para aplicação em sítios ou conjuntos históricos (urbanos e rurais) que tenham sido identificados ou contextualizados dentro de um recorte territorial ou temático mais amplo, a partir da ficha M101; Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente: aplicável, especialmente, a conjuntos rurais ou urbanos que já contem com algum tipo de proteção, seja por legislação cultural ou ambiental.

No Módulo Cadastro as fichas são divididas em: Ficha M201 – Pré-setorização: tem como objetivo a construção de um entendimento setorizado sobre os diferentes componentes dos sítios e conjuntos, rurais e urbanos, protegidos ou em processo de proteção, além de suas áreas de entorno, com vistas à normatização e construção de planos de preservação; Ficha M202 – Caracterização dos setores: esta ficha tem por finalidade caracterizar, detalhadamente, cada um dos setores estabelecidos a partir do preenchimento da ficha M201. A partir disso, e considerando os problemas, as demandas, os fatores de pressão e as potencialidades identificadas no conjunto ou sítio tombado e áreas de entorno, serão apontadas as principais diretrizes para a normatização e a construção de planos estratégicos de desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural; Ficha M203 – Averiguação e proposição local: nesta ficha, as diretrizes apontadas para cada setor a partir do preenchimento das fichas M201 e M202 serão testadas quadra a quadra, utilizando-se as faces de quadra como unidade mínima de averiguação. Esta ficha permite a identificação de “exceções à regra” que deverão ser tratadas de forma isolada, considerando as especificidades de cada face de quadra.

Um dos aspectos de análise diz respeito à homogeneidade ou heterogeneidade morfológica das faces de quadra, apresentadas na ficha através da seqüência fotográfica dos edifícios e que permite ter uma noção da inserção de cada imóvel no contexto da quadra onde está inserido;

Ficha M204 – Diagnóstico de áreas urbanas – Lote: tem como objetivo a obtenção de dados relativos a cada lote do perímetro em estudo – número de imóveis por lote, número de pavimentos por imóvel, área construída, taxa de vacância, estado de conservação, entre outros. O cruzamento desses dados, conforme o interesse do estudo, fornece informações estratégicas que dão subsídios para projetos de reabilitação urbana ou tomadas de decisão quanto à necessidade de investimentos em áreas mais degradadas, por exemplo; Ficha M205 – Diagnóstico de áreas urbanas – Quadra: visa agrupar dados relativos às quadras de maneira global, incluindo desde sua ocupação (área construída e desocupada, densidade, etc) até a infraestrutura urbana (como rede elétrica, saneamento, telefonia, lógica, etc) e equipamentos disponíveis (segurança, educação, lazer, etc). Também tem como finalidade fornecer subsídios para projetos de reabilitação urbana; Ficha M206 – Diagnóstico de conservação – Arquitetura religiosa: é destinada, principalmente, para orientar as vistorias em imóveis tombados individualmente, permitindo o acompanhamento de seu estado de conservação e o planejamento de obras necessárias à conservação do bem; Ficha M207 – Relatório Fotográfico: voltada para a documentação e organização das fotografias obtidas em campo, seja em estudos ou inventários de conhecimento, seja em vistorias de bens já protegidos. Podem inseridas como anexos a relatórios, estudos e outros documentos.

De acordo com os dados disponíveis na plataforma, para o Bem Cultural de Natureza Imóvel, o Módulo Cadastro disponibiliza as seguintes fichas específicas: Ficha M302 – Caracterização externa: aplicada a bens individuais. É composta por campos que permitem uma caracterização mais aprofundada do bem arquitetônico em análise, considerando os elementos externos, especialmente do ponto de vista morfológico e tipológico da edificação; Ficha M303 – Caracterização interna: contempla informações relativas ao interior dos bens arquitetônicos, pressupondo o acesso ao imóvel. Contém campos indicativos quanto ao uso (original e atual), técnicas construtivas e materiais de acabamento; Ficha M304 – Conjuntos rurais: é voltada para a aplicação em áreas rurais, caracterizada pela existência de fazendas, pequenas propriedades, engenhos e outras ocorrências típicas do patrimônio rural brasileiro. Aborda aspectos morfológicos sobre a implantação e a caracterização arquitetônica

dos conjuntos e também do uso e atividades econômicas desenvolvidas (original e atual). Ficha M305 – Bem móvel e integrado: tem o objetivo de cadastrar o universo que integra as obras de arte e bens integrados às edificações. A ficha contém informações específicas quanto à autoria da obra, tamanho, materiais, técnica, período e detalhes que a identificam e dão condições para o conhecimento da autenticidade da peça.

As fichas elaboradas em word e excell não preveem um preenchimento on line. Não está disponibilizado a discussão sobre a arquitetura e a base técnica do sistema, o programa ou sua interface com o Dedadalus, gerado pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. O uso de um Thesaurus para sítios e monumentos, construído para homogeneização dos parâmetros, controle de vocabulário e campos de preenchimento não é referenciado, o que dificulta a padronização e a geração de unitermos. Tais questões demonstram quão complexos são as introduções das NTICs a serviço do acesso e da preservação do Patrimônio Cultural.

Ainda é cedo para avaliar seu impacto ou eficácia, bem como a demanda de ajustes e adequação de formato e ferramenta. Qual o impacto desses sistemas em contextos diferenciados? Como é possível aprender com experiências bem sucedidas e ao mesmo tempo criar mecanismos singulares correspondentes às realidades de cada localidade, região, país? Como pensar em sistemas de compartilhamento ampliados que liguem o Brasil não apenas nas bases latino-americanas, mas do continente americano e de outros continentes, principalmente se levarmos em conta a especificidade da língua portuguesa? O problema que se instala não é apenas de ordem tecnológica, mas, acima de tudo, de ordem conceitual.

Considerações finais

O conceito contemporâneo de Patrimônio Arquitetônico é um conceito delineado a partir de transformações contextuais e culturais. Se a modernidade do XIX modela uma percepção específica do culto ao monumento por meio da gestão de sistemas vinculados ao valor da história, do documento, da estética e da memória, a partir do século XX questões políticas e econômicas determinam outras variáveis indispensáveis aos protocolos de preservação.

No início do século o monumento histórico é para o Alois Riegl (1903) uma criação da sociedade moderna, um evento histórico localizado no tempo e no espaço, cuja atribuição depende da fenomenologia, ou seja, do relativo circunstancial potencializado pela percepção contemporânea de seu significado. Na segunda metade desse mesmo século, o idealismo hegeliano, do qual Riegl partilha, sucumbe diante de duas guerras, fazendo com que premissas culturais vinculadas à posição central da subjetividade tornem-se paradoxais em um contexto marcado pelo funcionalismo.

Em uma sociedade capitalista complexa impulsionada pela pressão midiática e econômica, o conceito de bem cultural ou patrimônio não sobrevive sem uma função social efetiva. Diante da expansão econômica, do crescimento urbano, da pressão imobiliária e dos sistemas industrializados de construção, o valor do monumento não resiste sem uma base de proteção política. Função social e proteção política são sistemas que demandam a articulação da sociedade. Desse modo, a noção de Patrimônio Arquitetônico no mundo contemporâneo, para além de seus significados históricos, estéticos ou de rememoração, passa pelo crivo político de reconhecimento de identidades, ação comunitária, função social, educação patrimonial, visibilidade e acesso. Diante do campo expandido da memória na sociedade atual, o mérito do Patrimônio Arquitetônico não está em congelar o passado, mas potencializar os tempos e se firmar na teia dos valores culturais.

Organismos internacionais como o ICOMOS são promotores indispensáveis dos debates, atuam como interlocutores de demandas e de reflexões sofisticadas, como também estabelecem diretrizes indispensáveis à atuação legal dos poderes públicos. Os fundamentos intelectuais, políticos e legais são, no mundo contemporâneo, paradigmas exemplares para a compreensão e a ação da preservação.

Quais são os desafios da UNESCO para o século XXI? Os desafios da UNESCO são os mesmos desafios enfrentados no microcosmo dos espaços cotidianos das cidades, estados, países, continentes...

Como, por meio da educação e da cultura, dissipar a intolerância? Como possibilitar o acesso ao patrimônio cultural – tangível e intangível – de cada comunidade sem destruir suas bases de convivência? Como manter as diferenças – impressas nos bens patrimoniais - em um contexto de globalização e homogeneização cultural? Como educar por meio da diversidade? Como gerar a autosustentabilidade em termos de uso, manutenção e preservação dos bens culturais? Como formar agentes multiplicadores conscientes de sua ação política, independente da natureza de seu trabalho – cientista, conservador-restaurador, educador, museólogo? Como ampliar a influência do WHC e efetivamente evitar que as perdas massivas dos bens culturais ocorridas ao longo do século XX por roubo, conflitos armados, apagamentos culturais ou desastres ecológicos continuem de maneira vertiginosa? Como ajustar as diretrizes locais, nacionais e internacionais em uma lógica comum sem a perda da autonomia? Como ajustar essas mesmas diretrizes aos interesses das comunidades? Como usar as TICs a serviço da preservação?

Todas essas questões não têm uma única resposta ou dependem exclusivamente da UNESCO. Todas essas questões nos pertencem.

Notas

1 - *Le Goff, 1984, p. 95.*

2 - *Lei de Bases do Patrimônio Cultural Português nº 107.*

3 - *Constituição do Brasil de 1988.*

4 - <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14897&retorno=paginaIphan>, Acesso: 25/10/2012.

Referências Bibliográficas

Argan, G. C., (1998). A história da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes.

Froner, Y.-A., (2001). Os Domínios da Memória. (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

LÊ Goff, J., (1984). Documento / Monumento. In: Artes: Tonal/Atonal. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p: 95-105 (Enciclopédia Einaudi, 3)

Riegl, A., (1996). The modern cult of monuments: its essence and its development. In: Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage. Los Angeles: GCI, 1996, 69-83. (1ed 1903)

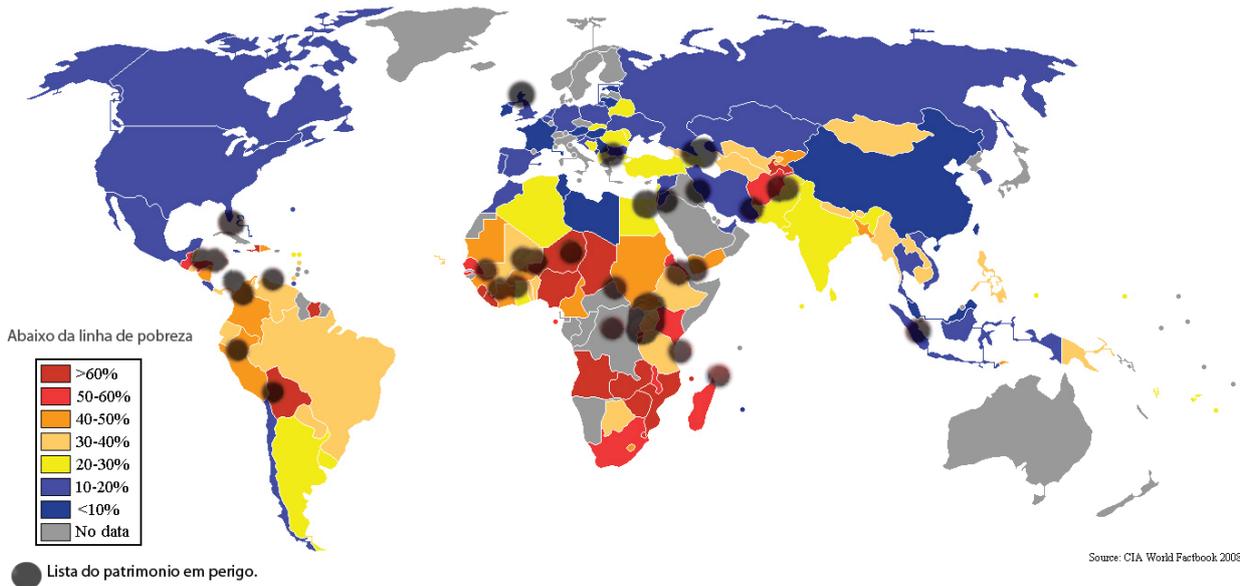


Figura 1. Fusão do Mapa do Patrimônio em Perigo – WHL-UNESCO e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - ONU Fonte: <http://whc.unesco.org/en/danger/> e <http://hdr.undp.org/en/statistics/>

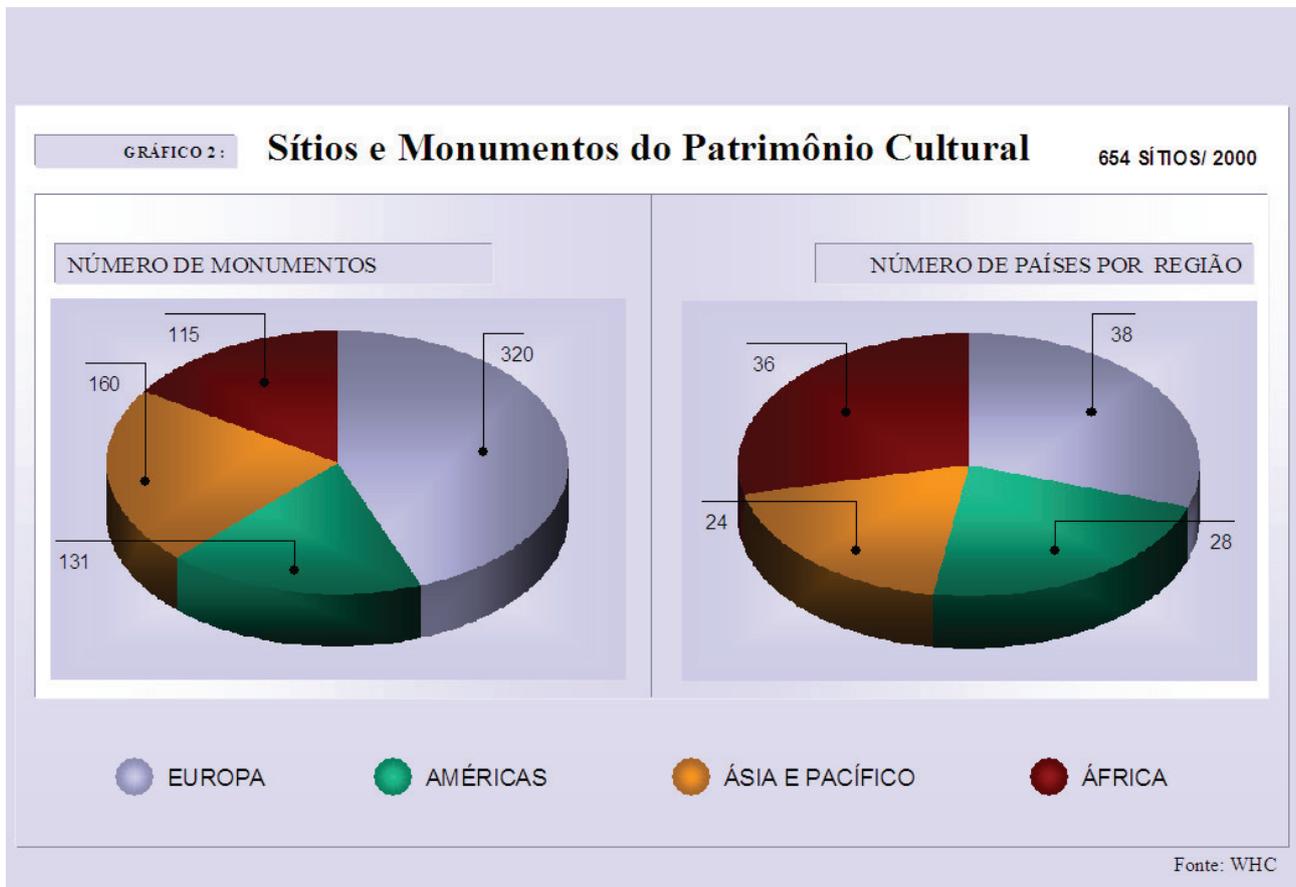


Gráfico 1. Sítios e Monumentos do Patrimônio Mundial.